

A SOCIABILIDADE TRAVADA

José Arthur Giannotti

I

Vivemos sob o patrocínio do novo, tudo o que é novo vale de per si, possui valor intrínseco. Despreza-se o velho porque é velho. Existe para o ancião maior elogio do que lhe dizer que não aparenta sua idade? Nada mais distante de nós do que as palavras do Eclesiastes: *Nil nove sub sole*, notadamente agora, quando a tecnologia se acredita capaz de descobrir ou fabricar novos sóis, dominar os processos mais elementares da matéria, transformar massa em energia, mobiliando desertos e as profundezas da terra com cogumelos de luz. Se a tecnologia contemporânea pode criar sóis, não seria ela também capaz de instaurar novas sociedades? Não caberia resolver nossas vicissitudes por meio duma engenharia social, de sorte que, equacionados os problemas, calcular-se-iam soluções? O velho fantasma do otimismo leibniziano rondou o marxismo quando este se propôs a substituir a política pela administração e até hoje embala os sonhos das seitas revolucionárias. A idéia de revolução, a reconstrução *ab ovo* duma sociedade, se cruza, pois, com a idéia de engenharia social, por conseguinte, duma razão tecnológica capaz de divisar os fins duma nova sociedade e de encontrar os meios para sua implementação. Pouco importa, nesta altura, que a engenharia social traduza a ideologia duma burocracia esclarecida, pensando-se onipotente, e que os revolucionários imaginem o motor da transformação repousando no seio das massas; ambos praticam uma categoria particular de razão.

Foram os astrônomos e os filósofos que romperam radicalmente os vínculos com a tradição, ao imaginarem que suas descobertas configuravam um começo a partir do zero. Galileu, Descartes, Hobbes salientam o abismo que os separa dos antigos. Para eles a tradicional mudança dos tempos ganha novos sentidos, na medida em que um mundo fechado se

Este texto foi preparado para o 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, promovido pela Universidade de Coimbra, 02-05/07/90.

abre para o infinito. Sob este aspecto prolongam a experiência marítima portuguesa que amplia os horizontes do mundo antigo e evidencia que os modernos, embora menores do que seus predecessores, apoiados em seus ombros, avistavam mais longe. Somente mais tarde, basicamente depois da Revolução Francesa, é que o pensamento político incorpora esta idéia de ruptura radical, transformando o próprio conceito de revolução — este passa a designar, ao invés de eterno retorno do mesmo, a erupção violenta duma nova ordem política, baseada na igualdade e na liberdade. Convém ainda lembrar que os revolucionários modernos se sentiram desde logo peados pela dialética da necessidade e da liberdade; uma novíssima ordem só poderia ser instaurada se os atores enfiassem, no momento preciso, uma cunha no processo social levado pela inércia e pela força das coisas. Sob este aspecto, as palavras proféticas de Robespierre, em seu último discurso — "Pereceremos porque, na história da humanidade, perdemos o momento de fundar a liberdade" —, exprimem lapidarmente a experiência do revolucionário que espreita a ocasião de dar o bote. Imagina que joga sua vida e o destino dos povos num único lance.

II

Hegel e Marx foram os autores que lidaram mais a fundo com esta determinação recíproca entre necessidade e liberdade. Ainda hoje comentadores patenteados discutem como o pensamento hegeliano foi capaz de conciliar a continuidade da História Universal, que perfaz o círculo dos círculos do movimento do conceito, com o acaso e a novidade da ação individual. Mas sobram razões a Hannah Arendt (*On Revolution*, p. 61), para lembrar como o marxismo encobriu perniciosamente as intuições de Marx, muitas vezes fugazes mas profundas, a respeito dessa questão. A ortodoxia se limitou a conviver com duas exigências contraditórias: de um lado, a irrevocabilidade do progresso histórico em direção ao socialismo, de outro, a oportunidade da rebelião ou do ataque ao Palácio de Inverno, sem que tais experiências fossem pensadas e, até mesmo, postas em xeque. Duas percepções diversas: a visão do conjunto das forças sociais desdobrando-se aos pés do espectador, novo Gama observando a máquina do universo, em oposição à postura estratégica do ato, à espera de sua hora e vez. Para que o novo pudesse ser radical era preciso que a necessidade chegasse a seu limite, que uma forma de sociabilidade fosse explorada em todos os seus recantos, esgotadas suas possibilidades, a fim de que um novo ator social interviesse no momento exato para romper a inércia do processo.

O marxismo pensou esta ruptura como sendo preparada pelo desenvolvimento da necessidade interna do próprio capitalismo. Em primeiro lugar, este instaurava uma História Universal cobrindo a totalidade do planeta e trazendo para seu interior todos os outros modos de produção. O

passado continuaria a existir nos poros duma estrutura social cuja contemporaneidade ficaria viciada por um pecado mortal: a tendência à queda da taxa de lucro. A revolução encontraria assim sua necessidade histórica na maneira pela qual a riqueza capitalista se acumula.

Salientamos dois pontos novos nesta maneira de raciocinar. Primeiro: a sucessão dos regimes políticos — monarquia, aristocracia, democracia e suas formas degeneradas —, tal como era pensada por Políbio, é substituída pela sucessão de modos de produção, todos eles se aglutinando numa forma completa que explora todas as possibilidades do trabalho alienado. Se a idéia do fim da história reproduz a escatologia cristã, agora os momentos do passado são incorporados numa presença que se esgota em si mesma. Daí a oposição entre socialismo e barbárie; ou se passa para uma nova forma de sociabilidade negando todas as outras, ou se permanece numa sociedade sem forma. Segundo: não só a história é pensada como sendo movida pela luta de classes em torno da apropriação dos frutos do trabalho alienado, mas o capitalismo inova trazendo uma medida objetiva dessa exploração. A oposição entre ricos e pobres era tomada pelos antigos como contingente e natural. Nem mesmo a reforma de Clístenes, provavelmente a maior invenção política da Antigüidade, que instala a isonomia e o controle do espaço político pelo demos, chega a reconhecer a artificialidade da pobreza, pois exige que o eleitor seja sempre um proprietário. A revolução moderna, porém, se entrelaça com a questão social, a luta pela liberdade política se associa à luta pela possibilidade de igualdade econômica; a partir daí um mínimo de igualdade se torna condição de qualquer liberdade.

O marxismo leva ao limite esta idéia de igualdade, primeiramente, tentando demonstrar cientificamente que a desigualdade nasce da exploração do trabalho, este se priva de sua medida conforme perde o controle de seus próprios meios de produção; depois, propondo a socialização desses meios como forma de reinstalar uma igualdade originária dos homens trabalhadores. Como sabemos, o aríete desta luta foi o conceito de mais-valia. Assim como o valor de todas as mercadorias, o da força de trabalho é determinado pelo trabalho abstrato nela incorporado para sua reposição. Já que as trocas se fazem por seus valores, a riqueza excedente só pode nascer no seio do processo produtivo, onde se exerce a força de trabalho num tempo superior à sua reposição. Essa riqueza é apropriada pelo capitalista, controlando os meios produtivos. Movido pelo interesse do lucro, o capitalista intensifica a exploração do trabalho, promove o desenvolvimento tecnológico, apropria-se da mais-valia relativa, mas se vê na contingência de partilhá-la com seus parceiros que se ocupam com a distribuição dos produtos ou exploram a propriedade da terra, todos forçando para que se forme uma única taxa de lucro que conglera os capitais particulares num capital social total. Este movimento de expansão do capital traz, entretanto, em seu bojo uma contradição e uma ameaça: o aumento da produtividade do trabalho depende do aumento do capital constante que cresce mais rapidamente do que o capital variável; já que

a mais-valia se relaciona com este último, criam-se pressões contra a taxa de lucro, precisamente o embolo do sistema. O capitalismo é, pois, um modo de produção à espera duma crise total.

Graças a este esquema, faz-se a ponte entre a questão política e a questão social. A luta pela liberdade e a luta pela igualdade sócio-econômica encontram, por meio da ciência, um eixo oculto que as aproxima. Marx é entronizado como o fundador da ciência da história, que prevê a crise final do capitalismo, *mutatis mutandis* como o astrônomo prevê o eclipse da lua; ao mesmo tempo, ele é apresentado como o reformador da racionalidade científica, o primeiro que funde razão teórica na razão prática, já que a descoberta científica da medida objetiva da exploração permite aliar a objetividade do conhecimento com a eficácia da luta política em vista da emancipação do gênero humano.

Nos últimos anos assistimos à morte dessa ideologia. A desintegração das economias e a crise dos governos no Leste Europeu mostraram ao grande público tanto o caráter totalitário desses Estados quanto a ambigüidade de palavras de ordem como "socialização dos meios de produção". Além do mais, a partir da II Guerra Mundial, quando os textos do próprio Marx passaram pelo crivo duma interpretação mais cuidadosa e acadêmica, os intelectuais perceberam que essa obra era muito mais ambígua, hesitante e rica do que acreditavam seus epígonos.

Não há dúvida de que Marx passou a vida inteira à espreita da crise total do capitalismo. No entanto, parece-me sintomático que trabalhe 16 anos, da publicação do primeiro volume d'*O Capital* até sua morte, sem lograr concluir sua obra máxima. Notadamente, a leitura do capítulo sobre a tendência de queda da taxa de lucro, que sob muitos aspectos haveria de ser a chave da abóboda do sistema teórico, não permite tomar esta tendência como uma força a ser realizada empiricamente. Não só porque são tantas as forças que se contrapõem a seu pleno desenvolvimento, mas ainda porque o próprio Marx percebe que, sendo ela a expressão do desenvolvimento da produtividade do trabalho sob forma capitalista, também cria bolsões de extravalores, que muito lentamente seriam absorvidos pelo movimento do capital social total.

Seu modelo se baseia, entre outros, no pressuposto do trabalho homogêneo, vale dizer, a diversidade dos trabalhos concretos pode ser homogeneizada por processos objetivos que permitem pensar um trabalho tecnicamente complexo como a potencialização do trabalho mais simples. Só assim a teoria do valor trabalho tem condições de atuar e fornecer a base da medida objetiva da exploração capitalista. Isto supõe que o progresso tecnológico se infiltra por todo o sistema como mancha de óleo, todos os produtores dum mesmo setor tendo acesso a ele dentro de um prazo razoável.

III

No entanto, o que quer dizer "trabalho homogêneo"? Esta é uma questão conceitual que deve, pois, ser tratada ao nível das significações, antes portanto de ser escondida pela montagem dos modelos científicos. Obviamente sua solução depende do próprio significado de "trabalho". Desde meu livro *Trabalho e Reflexão* tenho insistido no caráter reflexivo do conceito de trabalho. Sua definição meramente formal — atividade orientada, mobilizando um instrumento para moldar um objeto — deixa escapar o fato de que a reiteração do processo de trabalho implica a necessidade do objeto trabalhado retornar ao processo como instrumento ou alimento do trabalhador. O agente há, pois, de *seguir uma norma coletiva* sobre a distribuição do produto. Mesmo que trabalhe sozinho, o outro deve respeitar a propriedade duma coisa que está à mão e da qual ele poderia apropriar-se. Daí "trabalho" não ter sentido efetivo se não for pensado no contexto da divisão do trabalho, vale dizer, da distribuição e da troca como um *esquema* operatório do qual ele é elemento. Consistindo num sistema de regras e de atividades a elas vinculadas, pode-se dizer que o trabalho é um jogo de linguagem não verbal, conforme esta noção de Wittgenstein.

Pensar o trabalho como jogo de linguagem implica, em primeiro lugar, que a palavra muda de sentido quando usada no contexto duma sociabilidade primitiva, campesina ou capitalista, sentido prático, inscrito nos esquemas de ação dos agentes e nem sempre verbalmente formulado. Se tais sentidos só estivessem expressos na linguagem cotidiana, não se faria necessária uma hermenêutica do social. Tudo isto desde logo levanta a suspeita de que a palavra "trabalho" altera seu significado quando se passa duma sociedade capitalista propriamente dita para uma sociedade, vamos dizer assim por falta de melhor termo, pós-industrial. Esta, de fato é nossa tese. Em segundo lugar, que o conceito de trabalho indica, desde o início, uma forma de sociabilidade, portanto, uma relação gramatical. Isto afasta o projeto de Habermas de reconstruir o materialismo histórico a partir da dualidade entre trabalho e ação comunicativa; ao contrário, o desafio é compreender como, hoje em dia, estes dois conceitos se imbricam. Desse modo, volta-se a admitir a centralidade da categoria de trabalho para a explicação sociológica, como fizeram os clássicos. Este projeto, entretanto, só tem cabimento se se mostrar como o trabalho contemporâneo, diferente daquele que imperou na época gloriosa do capitalismo e das revoluções, se entrelaça com novas alienações do mundo cotidiano. Este meu texto pretende caminhar nessa direção.

O que significa "trabalho" no modo de produção capitalista? Antes de tudo, a mercadoria força de trabalho, uma atividade que se identifica como valor duma mercadoria. Costuma-se salientar a artificialidade dessa transformação (cf. Claus Offe, *Capitalismo Desorganizado*, 1985), pois não se trata de um objeto especialmente fabricado para a venda, mas que re-

siste ao seu emprego e demanda certo grau de liberdade para operar eficazmente. Cabe todavia não esquecer que, na qualidade de elemento do jogo de linguagem da troca mercantil, o indivíduo se determina sem mais como valor, sendo, neste nível, irrelevantes as outras propriedades que pode possuir. E como mercadoria, o trabalho é socializado graças a uma dialética muito peculiar onde o trabalho real e individual é potencializado ou restringido para se pôr como trabalho abstrato. Suponhamos três produtores A, B, C que, durante uma hora produzem respectivamente uma, três e duas peças. O tempo médio para a produção da peça é de 30 minutos, de sorte que A viu seu trabalho efetivo reduzido de 30 minutos, B, potencializado de 10, enquanto C assiste à identificação de seu trabalho real com o trabalho abstrato. Do ponto de vista social, o trabalho de uma hora de cada produtor equivale ao trabalho dum operário que trabalhasse seguidamente durante 3 horas mantendo a *produtividade média*. Desse modo, o pressuposto do trabalho homogêneo não é uma hipótese elaborada pelo investigador a fim de resolver seus problemas, hipótese cuja adequação ao real se verifica por sua capacidade explicativa, mas consiste numa condição *necessária* para que os atores possam entabular o jogo da troca mercantil. Sem ela, a troca perde seu ponto de referência, sua própria medida. Convém notar que o valor não possui um padrão de medida preestabelecido, mas a troca cria seu próprio metro ao longo do caminho, precisamente graças à prática de homogeneizar o trabalho e chegar a um ponto de equilíbrio, potencializando ou reduzindo a intensidade dos trabalhos individuais, o que permite a troca por equivalentes. Como pode funcionar a troca mercantil se este pressuposto passa a ser *sistematicamente* solapado pelo próprio processo?

Os economistas precisam deixar de lado essas questões, pois ao montarem seus modelos, ignoram a pergunta pela reflexão responsável pela identificação das unidades práticas com que laboram. Ao pensarem a teoria do valor trabalho, em geral consideram uma sociedade que produza, por exemplo, trigo e ferro. Para obter uma unidade de trigo (mercadoria 1), o produtor consome a_{11} unidades de trigo e a_{21} unidades de ferro. Dizer que o valor dum objeto equivale às horas de trabalho incorporadas nele define a equação seguinte, onde λ é o valor e ℓ o trabalho recentemente despendido:

$$\lambda_1 = a_{11} \lambda_1 + a_{21} \lambda + \ell_1$$

Como o primeiro produtor só produz trigo, essa equação implica que ele possa *trocar* trigo por ferro numa taxa previamente fixada, o que ainda implica *pressupor* resolvida a questão de como o trabalho individual se socializa, precisamente a raiz da questão do valor. A economia pode saltar este passo imaginando um estoque de todas as horas que uma sociedade dispõe, passando pois a operar exclusivamente com juízos determinantes. Fica na sombra, porém, o processo reflexionante pelo qual os trabalhos individuais se transformam em partes alíquotas do trabalho

abstrato socialmente necessário. Para pensar esta questão é preciso situar-se *antes* da construção de qualquer sistema de equações para se ater à definição da mercadoria como *forma* elementar da riqueza capitalista, vale dizer à relação M a M. Desse modo, para investigar o sentido prático de "mercadoria" é preciso colocar-se antes da construção de qualquer sistema de equilíbrio ou desequilíbrio, antes da investigação econômica propriamente dita. Não é esta a lição mais intrigante que Marx nos deixa no primeiro capítulo d'*O Capital*

A dificuldade reside em saber o que significa uma produtividade média socialmente necessária. Em poucas palavras resumo minhas teses desenvolvidas no cap. V de *Trabalho e Reflexão*. Um valor de uso, ao reportar-se a *qualquer* outra mercadoria disponível no mercado, põe os objetos exclusivamente como produtos, vale dizer, coisas que podem ser reiteradamente produzidas. Esta operação de pensamento, que pensa um objeto em relação a todos os outros, abstrai todas as demais particularidades dos trabalhos individuais responsáveis pelo produto, constituindo-o apenas como um produto de um trabalho "*sans phrases*". Isto pressupõe que qualquer produtor tenha acesso às tecnologias alternativas e às inovações tecnológicas. A medida do valor, o tempo socialmente necessário para a obtenção do produto, não recorre a um padrão, como o metro, por exemplo, cuja existência física assegura o processo efetivo de mensuração. Se o metro de Paris é uma regra, que como tal não possui um metro, nem por isso sua corporeidade está fora de seguir essa regra. O valor duma mercadoria nada mais é do que uma prática coletiva de reflexão pela qual os trabalhos individuais passam a ser tomados como resultantes dum trabalho abstrato posto como regra. Noutras palavras, é o fetichismo da mercadoria, o quiproquó que transforma uma atividade concreta na resultante duma abstração, que determina o estatuto ontológico do valor. Não há sociedade mercantil, por conseguinte capitalismo — este nada mais é do que uma sociedade mercantil onde todos os fatores de produção assumem a forma de mercadoria — sem a ilusão necessária de que as relações intersubjetivas dos agentes apareçam como relações entre as coisas. Isto porque a generalidade do fato de trocar-se num nível é tomada, logo em seguida, pelos agentes como *regra* que determina a medida de seu próprio trabalho. É como se os produtores independentes estivessem continuamente transformando uma análise empírica numa análise conceitual, convertendo o resultado da medida no pressuposto do processo de mensuração.

Convém ter todo o cuidado a respeito do estatuto ontológico dessa ilusão necessária. Ela existe como idéia reguladora, como tendência que se mostra no confronto de seus obstáculos. Um mercado perfeito, notadamente um mercado perfeito da força de trabalho, nunca existiu. O cientista pode tomá-lo como uma hipótese abstrata a partir da qual resolve suas questões, de sorte que se aproxima da realidade conforme acrescenta a seu modelo proposições de caráter empírico mais facilmente verificáveis. No entanto, no cotidiano as pessoas reclamam das imperfeições do

mercado, o parlamento promulga leis antitruste e, na defesa de certos interesses, esforçam-se para destruir as barreiras à livre concorrência. O capitalismo não existe sem esta tensão entre certos ideais e os fatos que se contrapõem a ele.

Não se segue a regra do valor sem luta. Cada indivíduo procura maximizar suas vantagens, esforça-se para que o tempo concreto de seu trabalho fique aquém do tempo socialmente necessário. Este parâmetro, expresso no equivalente geral, lhe serve para calcular os proveitos que possa tirar das peculiaridades de sua situação. Desse modo, o próprio funcionamento do mercado põe seu contrário, o monopólio e o oligopólio. Além disso, já que o mercado só opera reflexivamente no modo de produção capitalista, quando se produzem mercadorias por meio de mercadorias, cada vez se torna mais difícil combater suas perversidades, pois o crescimento do capital fixo aumenta a viscosidade dos capitais: não se entra e sai de indústrias como siderurgia, hidroelétricas etc. com a mesma facilidade com que se produz ou não batatas em pequenas propriedades. Mas o monopólio da capacidade de produzir novas tecnologias, o monopólio da invenção, termina por explodir o funcionamento da regra do valor trabalho, pois atinge o âmago dela, a saber, o pensamento que reporta o valor de uso ao pressuposto da produtividade média. Esta não se objetiva se uma ponta de um setor produtivo está sempre prestes a lançar mão de uma tecnologia mais eficaz ou substituir um produto por outro de mesma função porém mais aperfeiçoado.

Suponhamos que o produtor C concorrendo com A e B se instale na situação privilegiada de sempre poder produzir com tecnologia mais avançada; nessas condições ele passa a produzir um extravalor em relação ao valor de mercado, já que esta sua permanente situação de privilégio não permite que seu trabalho seja computado na média geral. Convém lembrar que o importante não é a existência dum dado produtor C, mas duma perversidade do mercado onde vários produtores possam se revezar na posição de privilégio.

Tudo se passaria conforme o seguinte esquema. Durante uma hora A e B produziriam respectivamente 1 e 3 peças, o que daria um valor médio de 30 minutos por peça; C, entretanto, produz 14 peças. Ao invés de baixar a produtividade média para 10 minutos, consegue vender seus produtos pelo valor de 30 minutos, ganhando assim 20 minutos por peça. O trabalho de C é heterogêneo em relação aos trabalhos de A e B, mas os produtos são comensuráveis. Daí haver uma explosão do processo de medida, que mede o trabalho de C sem que ele passe a integrar o processo constitutivo do padrão, como acontece com A e B. É de notar que não se constituem duas medidas por causa da comensurabilidade dos produtos, mas a explosão da própria medida valor passa a postular condições as quais nunca poderão ser realizadas. Desse modo, a troca mercantil, que tinha como pressuposto a prática homogeneizadora do trabalho, funciona agora em referência à prática monopolizadora de saberes.

E o próprio trabalhador, duplamente livre para vender no mercado sua força de trabalho, trata de assegurar-se daqueles saberes que o definem como operário duma *categoria*. De sorte que também esse mercado se cliva em setores competindo entre si (cf. Edwards, R., *Contested Terrain*, 1979).

A heterogeneidade do trabalho se mostra na impossibilidade de imaginar que as atividades dos produtores A, B e C possam ser substituídas pela atividade de A trabalhando três horas. Estas, enquanto soma da atividade de três trabalhadores operando por uma hora, seriam equivalentes a 9 horas do trabalho socialmente necessário. Os produtos são postos como comensuráveis, pois ainda exprimem em termos de valor algo em comum entre eles; no entanto a diferença entre *o fazer* e *o fazer de conta* se esfumaça, já que o valor total produzido *aparece socialmente* como resultando do trabalho de muito mais horas do que aquelas efetivamente gastas. Muito mais do que o fetichismo das mercadorias, objetos cujas inter-relações se resolvem, em última instância, em relações sociais, temos o fetichismo do fazer, de atividades que aparentam ser mais eficazes conforme são reportadas à antiga medida.

Esta ausência duma medida efetiva já foi notada por Claus Offe no setor dos serviços comparado com o setor industrial:

*Entretanto, esta atividade de serviços diferencia-se em dois aspectos. Primeiro, devido à heterogeneidade dos "casos" processados nos serviços e aos altos níveis de incerteza a respeito de onde e quando eles ocorrem; uma função de produção técnica que relacione insumos e produtos freqüentemente não pode ser fixada e utilizada como um critério de controle de desempenho adequado do trabalho. Segundo, o trabalho em serviços diferencia-se do trabalho produtivo pela falta de um "critério de eficiência econômica" claro e indiscutível, do qual se poderia deduzir estrategicamente o tipo e a qualidade, o lugar e o tempo de trabalho "conveniente". Não há um critério como este porque o produto de vários serviços públicos, assim como daqueles desempenhados pelos "empregados" em firmas do setor privado, não é o "lucro" monetário, mas os "usos" concretos; freqüentemente eles ajudam a evitar perdas, cujo volume quantitativo não pode ser facilmente determinado exatamente porque elas são evitadas. (Offe, *Capitalismo Desorganizado*, p. 179)*

Sem negar a importância dessa observação, pretendo ter mostrado que, no âmago do próprio trabalho industrial, *mutatis mutandis* a mesma situação de imponderabilidade se repete. Isto põe em xeque o funcionamento da própria lei do valor, que deixa de ter validade econômica para vir a ser tão-só um conceito que aponta para um novo tipo de fetichismo que passa a ter vigência nas sociedades contemporâneas.

Pode-se objetar que nem mesmo no capitalismo clássico a medida do valor conseguiu prevalecer, até mesmo discutir se existiu um período histórico que possa ser denominado "capitalismo clássico". Tudo isto não afeta o cerne de meu argumento: desde que haja um mercado da força de trabalho esta passa a sofrer do fetichismo que afeta em geral as mercadorias; desde que haja um monopólio da capacidade de produzir novas tecnologias, instala-se o fetichismo do fazer de conta. Como esta condição da sociabilidade capitalista se realiza historicamente é uma questão que deve ser estudada caso a caso. O que não se pode é confundir a análise meramente categorial, significativa, com a análise causal, aquela que respeita ao vir a ser dos fenômenos.

Isto não impede que se apontem certos sintomas, certos ecos, desse fetichismo na superfície dos acontecimentos contemporâneos. A descrição não os explica, mas indica para onde caminha o seu sentido e abre as portas para explicações mais efetivas. Comentários ao léu podem ser intelectualmente estimulantes.

IV

Quando os trabalhos se tornam necessariamente heterogêneos, quando a velocidade do progresso tecnológico abre o espaço para uma gama de técnicas alternativas, constitui-se uma estrutura de rivalidades e de lutas completamente diversa daquela que rege a exploração do trabalho homogêneo. Deste último ponto de vista, caminha-se para a homogeneização dos saberes e habilidades, a destruição das corporações e a constituição do proletariado como classe oposta à classe dos capitalistas. Não há dúvida de que esses trabalhadores lutam entre si para ter e conservar o emprego, todos eles, porém, são igualados no horizonte pela comensurabilidade dos valores das forças de trabalho e pela taxa social de exploração da mais-valia. Se estas desaparecem, o espaço de luta e alianças não se modifica inteiramente?

Antes de tudo, o capitalista ocupa uma posição estrategicamente muito mais forte, pois, além de possuir o capital, responsável pelo salário do trabalhador, ainda controla o espaço tecnológico no qual este perfaz e consolida seu saber. O operário se profissionaliza na empresa. Desaparece também a medida da apropriação do excedente, sendo que as firmas de tecnologia mais avançada possuem melhores condições de remunerar seus operários, além de oferecer-lhes uma série de benefícios suplementares. E para manter seus privilégios esses trabalhadores se opõem àquelas da periferia do próprio setor, menos instruídos e pior remunerados. Isto não impede que se aliem conforme possuam uma mesma espécie de saber prático, formando uma categoria contraposta às outras. As diversas categorias estão em luta para valorizar suas próprias habilidades. Sob este aspecto, cada uma possui certa medida de seu trabalho, que depende, po-

rém, da própria prática da categoria. Numa categoria é fácil eleger uma medida externa que controle a produtividade do trabalhador isolado. O torneiro é mais produtivo conforme produz mais peças. Noutra, contudo, esta medida se torna impossível. Vale dizer que o professor mais produtivo dá mais aulas e o médico, mais consultas? Agora a medida é agregada, pois sempre é possível avaliar a eficácia do método ou dum sistema de ensino ou os efeitos duma campanha de vacinação. Daí a enorme probabilidade de se eleger uma falsa medida, a imprecisão entre o fazer e o fazer de conta, entre o engenho e a manha, entre a arte e o artifício. Cada um procura ancorar-se numa situação de controle, para que o trabalhador possa mais fazer de conta do que fazer.

Nestas condições, como distinguir trabalho produtivo do trabalho improdutivo? Lembre-se que, do ponto de vista de Marx, o primeiro não se define por sua eficácia, mas por sua capacidade de extrair mais-valia. Quando, porém, se perde a ilusão duma taxa única e objetiva da exploração, a apropriação do excedente é questão de estratégia manipulando capital e diferentes condições de formação prática. Posto que nestas últimas está inscrita a possibilidade do fazer de conta, os trabalhos tendem a perder suas medidas internas e externas conforme precisamente esta questão de mensurá-los torna-se cada vez mais crucial. Mudando de mundo e dando um salto quase irresponsável, não convém suspeitar que este fenômeno esteja reduzindo à inércia os sistemas de produção socialistas? Não possuindo o controle *ad hoc* desenvolvido pelos vários mercados, eles reduzem a economia a um enorme simulacro. Lembremos duma frase pronunciada por um personagem de *O Futuro Radioso do Comunismo*, de Zinoviev: "É preferível comunismo ao trabalho".

O mundo contemporâneo assiste a uma enorme produção de riqueza, que se distribui contudo das formas mais perversas; países riquíssimos conservam bolsões de pobreza e mantêm fronteiras com países cronicamente miseráveis; enquanto isso o excedente desperdiçado em programas militares faraônicos ou de pouca relevância social bastaria para saciar a fome do planeta e dar a todos os seres humanos condições de vida dignas e assim por diante. Nada mais ingênuo hoje em dia do que atribuir essas mazelas unicamente às artimanhas do capital, já que muitas vezes os trabalhadores dos países mais ricos ou das camadas mais privilegiadas duma população aliam-se às classes ociosas ou aos mais altos executivos na defesa de suas posições estratégicas relativas. Esta quebra de internacionalismo proletário já foi uma experiência dolorosa das esquerdas no início da I Guerra Mundial. Além do mais, desde que desaparece a nítida separação entre trabalho produtivo e improdutivo, as categorias de assalariados intensificam sua competição por emprego, *fringe benefits* e a capacidade de simular um trabalho eficaz. Hoje simulam tanto executivos como operários, sendo que os setores de serviços capricham na simulação. Do mesmo modo, o consumo de tudo o que é espetacular se transforma no exercício simulado de um poder social. Desde a infância a criança aprende uma técnica de domínio que, porém, a isola do mundo, pois

o jogo eletrônico a coloca no nível de seus heróis prediletos, sem que isto requeira mais do que soltar sua imaginação, protegida como está do atrito efetivo com seus adversários. Até mesmo o escritor pode mergulhar no fascínio duma tela de computador e imaginar que transfere a facilidade com que compõe seu texto para o ato de leitura. O mundo tecnológico das operações e do consumo enquadra o indivíduo para que ele não rompa os estreitos limites de sua própria artificialidade. Nada mais perverso intelectualmente do que imaginar uma única causa para fenômenos tão diversos, tomar o fetichismo do trabalho como fundamento de todas nossas mazelas. Além do mais, não há por que privilegiar a maldade deste último fetichismo em relação aos outros. O fim do século XX, esta falta de medida, esta barbárie em que vivemos, abre possibilidades de emancipação do indivíduo. Ao caracterizá-lo pretendo tão-só mostrar como ele ecoa nas situações mais diversas, já que todas elas são feitas pelo próprio homem num mesmo paradigma de simulação.

Tanto do lado da produção quanto do consumo, o indivíduo portanto se socializa na aresta da representação e do real. Não é arrastado para o isolamento e para o narcisismo? Sua luta pela própria sobrevivência, operando num mercado de trabalho clivado pela rede das profissões institucionalizadas, implica cercar terrenos e defender privilégios reais e simbólicos. Isto não reforça o conservadorismo de nossa sociedade de massa? O agente está disposto a batalhar por seus interesses, desde que isto não destrua os parâmetros de sua estratégia privatista. Se desde logo esta luta se situa ao nível da política, ao menos enquanto tende a separar companheiros e adversários, esforça-se em obter privilégios cada vez mais simbólicos e, portanto, cada vez mais dependentes do reconhecimento do Estado. Tudo isso importa na reprodução desse Estado em sua função de reconhecer as fissuras da sociedade civil, a fim de que cada um tenha seu quinhão no bolo dos fundos públicos. Cada novo agente trata de mostrar sua especificidade para poder competir com os outros, marcando suas diferenças. Não é esta a lição que nos ensinam todos os movimentos sociais dos últimos tempos? Além do mais, não se altera o próprio sentido da representação política? Quantas vezes o representante, antes de estar no lugar do representado, trata de assegurar os privilégios de sua profissão, dirigindo-se à massa dos cidadãos para dissolver suas peculiaridades? O deputado se especializa encarnando um ideal determinado — ecologia, distribuição de renda, modernização do Estado — e tende a ver tudo de seu prisma, enquanto o chefe de Estado se coloca como representante dum abstrato bem comum e, desse modo, obtém a delegação para se ocupar de seus próprios interesses. Nos países da América Latina, que funcionam como uma espécie de caricatura do mundo desenvolvido, as últimas eleições para presidente da República passaram a entregar um mandato para um grupo de aventureiros praticarem o que bem entenderem, sem qualquer necessidade de manter os compromissos firmados durante a campanha.

Não se altera também o modo pelo qual o Estado se apresenta na economia? Não pode mais assistir impávido às peripécias da mão invisível do mercado, pois este passa a depender duma regulamentação que reconhece e define os direitos das categorias, baliza o terreno de suas lutas, assim como controla os monopólios, traça políticas industriais e define condições para o funcionamento da taxa de lucro e de juros. Além disso, ao cumprir suas tradicionais funções de preparar a infra-estrutura do sistema, inclusive a formação duma força de trabalho adequada, o faz de modo a direcionar o fluxo do capital estatal para que este possa traçar parâmetros para o desenvolvimento econômico, no fundo, tentando controlar a taxa de acumulação. Não há dúvida de que a política econômica do próprio Estado se adapta às situações de conjuntura aumentando ou diminuindo sua presença conforme requerem as circunstâncias do momento. No entanto, de nosso ponto de vista, importa salientar que o indivíduo social se dá desde logo como assalariado e cidadão, dotado duma série de *direitos*: o direito ao emprego, vale dizer, o direito de trabalhar para usufruir uma parcela mínima da riqueza social, o direito à educação, como base formal que lhe permita enquadrar-se numa categoria e ter uma profissão reconhecida, direito a usufruir vantagens do transporte coletivo, de serviços de saúde e de todos os outros serviços necessários ao bem-estar social.

Se toda atividade econômica se entrelaça com a política, esta também adquire novas feições. A luta pela isonomia, a igualdade perante a lei, requer que o indivíduo esteja minimamente assistido de um ponto de vista econômico; se o cidadão não mais necessita ser proprietário ao menos se pede a ele que esteja preparado, de direito, para participar direta ou indiretamente da criação da riqueza nacional. Por certo esta condição nem sempre é cumprida e, quando o é, isto se faz de formas diferentes. Mas convém notar que a questão da igualdade é posta praticamente dum modo diverso do que ocorria durante a época das revoluções. Não mais se trata de criar uma sociedade igualitária, abolindo privilégios e diferenças de classe, muito pelo contrário, a igualdade consiste na igual possibilidade de reivindicar privilégios.

Em vez de homogeneização proletária, ocorre a extensão das diferenciações burguesas; e a luta pela liberdade enquanto condição para a existência duma individualidade lábil e maleável cede lugar à reivindicação de liberdades particulares, em completo desrespeito pela liberdade alheia. Estamos muito longe da ilusão de poder suprimir a divisão social do trabalho, imaginar um indivíduo executando tarefas diferentes conforme os períodos do dia. Por certo, depois duma educação formal de base, ele está preparado para ser reciclado, na empresa ou nos serviços públicos, a fim de ocupar cargos diferentes — a todo momento assistimos ao aparecimento de novas profissões. Mas desde que ocupa uma posição, a tendência é barricar-se nela, tirar proveito das peculiaridades de sua situação e buscar maiores oportunidades dum prazer solitário.

Cria-se assim uma oposição entre as lutas político-econômicas e a lida política propriamente dita, delineada por um jogo de linguagem próprio. Não há dúvida de que, como todo o resto da população, os políticos estão de olhos pregados na conjuntura econômica. O destino de um país se confunde com seu desenvolvimento. Mas se aprofundam os confrontos entre os interesses dos grupos sociais e a representação política. Na medida em que esta se põe como o espaço de solução dos conflitos em nome do bem comum, ela ainda se coloca contra a estruturação da sociedade civil, tratando de arredondar suas arestas, obscurecer seus limites, neutralizar uma negociação real a fim de que o poder, fugindo dos conflitos, possa ser exercido simplesmente como poder, o poder pelo poder a serviço duma burocracia partidária ou de um grupo de aventureiros. Em certos países abonados a política já conta com a indiferença das massas, daqueles em que a combinação do fazer e do fazer de conta impede uma consciência clara de seus interesses presentes e de suas ações reais. Nos países mais pobres, como o Brasil, onde a massa é constituída pelos recém-egressos do campo, por um operariado que incorpora padrões de consumo conspícuo das classes médias e por essas mesmas classes médias incrustadas na rede de serviços, onde cada um procura mais o *status* para o outro do que a construção dum micropoder efetivo, a política aparece como processo de manipular o imaginário a fim de saciar a miséria com sonhos de abundância. Por todos os lados ela tem como selo a simulação. Por certo sempre foi marcada por isso, mas convém salientar a especificidade da política como simulação nas sociedades contemporâneas: o representante do povo é um homem polivalente, sem qualidades definidas, situado além das divisões das categorias e, por isso mesmo, tela em que cada um pode descobrir o particular por onde se identifica. Um exerce este *métier* continuando sua carreira de ator, outro se mostra como rosto imutável guardando um profundo segredo, escondendo no bolso do colete uma nova jogada, outro ainda tenta passar a imagem de todo-poderoso, esportista perfeito e capaz de todas as habilidades, e assim por diante: todos eles porém distantes do universo do trabalho. É sintomático que para o povo o político em geral é um vagabundo. Desse modo, estamos muito longe do rei que simbolicamente iniciava a colheita, ou se punha como magistrado supremo e símbolo da equidade e da justiça; o chefe de hoje nem comanda nem julga, mas espregueira e vigia, abre espaços reais e imaginários de ascensão social e exercício individualizado de poder. A questão política do poder tende a separar-se da questão social da igualdade.

V

Longe de mim a pretensão de encaminhar soluções para os problemas aqui levantados dispersamente. Meu primeiro intuito é iniciar o exame de como o significado das palavras "igualdade" e "política" se circuns-

creve conforme seu uso se liga a práticas muito elementares postas pelo capitalismo contemporâneo, a uma *forma de trabalho* sem medida socialmente objetiva. Não se tornam parentes na medida em que evocam uma mesma forma de fetichismo do trabalho? Por certo tais significados são muito mais complicados do que aponte, ainda mais por serem reformulados conforme as circunstâncias, mas ao menos vale a pena sublinhar a importância da tarefa. Em resumo pode-se dizer que "igualdade" visa a igualdade de oportunidades de ascensão social baseada na apropriação de privilégios, em particular de certas posições estratégicas criadas pela segunda natureza, este mundo tecnológico e institucionalizado em que todos estamos mergulhados. Por sua vez "política" denota a luta pela tomada de poder por um grupo que, em nome do bem nacional, tenta influir na distribuição desigual da riqueza e na organização geral da sociedade. Mas para isso os políticos precisam ao menos simular serem eles os instrumentos da justiça social. De ambos os lados, pois, aparece a questão da justiça, menos a pergunta teórica pelo seu significado do que a maneira de descobrir um padrão de medida passível de ser usado por todos. Ora, é justamente esta falta de medida que caracteriza o capitalismo contemporâneo. As trocas mercantis, inclusive a relação entre capital e trabalho, perdem qualquer referência a um padrão único socialmente determinado. Se ainda se pode dizer que a contradição básica da sociedade capitalista opera entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não o possuem, é porque esses meios incluem, além das mercadorias, um saber sem valor cujo preço é determinado pela posição estratégica de cada um no seu esforço de apropriar-se do excedente. E cada um e seus aliados de categoria tratam de impor suas próprias medidas. Não se pode, portanto, dizer que a exploração capitalista seja justa ou injusta, pois ela fica aquém dessa oposição, antes mesmo que a sociedade como um todo possa ter acesso a um padrão social da medida da distribuição do excedente, criado pela força ou pelo consumo. Daí o caráter anônimo da exploração capitalista, pois até o capitalista empreendedor foi absorvido por uma maquinaria onde todos tratam de explorar a todos, trabalhando ou fazendo de conta que trabalham. Daí também sua imoralidade, pois deixa de respeitar a autonomia de cada pessoa retirando-lhe precisamente a medida daqueles atos que asseguram sua sobrevivência enquanto ser natural. O capitalismo não respeita a ninguém, nem mesmo os próprios capitalistas. O pior é que *mutatis mutandis* esta falta de medida parece também ocorrer nas sociedades socialistas. Não é aqui o lugar de fazer a análise delas nem tenho competência para isto. Não quero, porém, terminar mergulhando no pessimismo, embora a miséria e a mediocridade do mundo contemporâneo não inspirem grandes entusiasmos. Creio que diante da encruzilhada entre socialismo e barbárie, os homens escolheram a barbárie, pois até mesmo aqueles que lutaram admiravelmente pelo socialismo e por um novo homem viram seus esforços se perderem pela desmedida da sociedade civil que terminaram criando. E se hoje os novos líderes tratam de introduzir relações mercantis em suas economias, convém ficar

à espera da forma de mercado que terminarão por implementar. No entanto, se a contradição entre capital e trabalho se esfuma precisamente para permitir tremendos desequilíbrios da distribuição da riqueza social, ela deixa todos nós, assalariados ou não, diante da questão crucial de saber o que fazer com o próprio trabalho. Não convém reeditar a utopia da idade de ouro onde a riqueza bastaria para todas as necessidades e os fusos trabalhariam sozinhos, nem imaginar que uma dose mínima de trabalho repetitivo seria suficiente para que o homem, no lazer, se abrisse para as aventuras e as incertezas de sua própria humanidade. Todo fazer, ao resultar num produto implica regras para a distribuição dele, ainda quando o produto volte ao produtor, pois então é preciso que o outro regularize seu desejo ou sua indiferença. Desse modo, o fazer só se torna jogo de linguagem, vale dizer, forma de institucionalização e de socialização, quando o objeto criado vem a ser caso duma regra comum a um grupo de seres humanos. O lazer pelo lazer não tem sentido social a não ser que suas criações sejam distribuídas e trocadas, por conseguinte, quando constituem uma forma de sociabilidade. Solitário ele somente reforça o isolamento e o narcisismo.

Convém ter cautela quando se pensa em reformar a sociedade, mas não se deve perder o senso da ousadia e da aventura. Desde que o homem deixou os modos primitivos de produção e se enredou na ciranda de acumular um excedente econômico e de fundar o Estado, o trabalho se associou à fadiga e à exploração. O desenvolvimento tecnológico, a constituição de um mundo técnico como segunda natureza e a generalização do assalariamento, liberando o homem de suas peias tradicionais e o abrindo para a angústia da solidão, todas essas consequências do capitalismo preparam o terreno para uma nova forma de trabalho. De um lado, as instituições democráticas podem barrar a exploração selvagem e dar-lhe um novo sentido coletivo, conforme a perda da medida do trabalho individual pode ser compensada por medidas instaladas por políticas econômicas livremente consentidas. De outro, está aberto o espaço para administrar a alienação do trabalho. Não me parece que uma sociedade pós-industrial possa sobreviver tão-só reduzindo as horas de trabalho e o contingente de trabalhadores, liberando o ser humano para o lazer. Confinado no nível da residência ou de um espaço público que se estrutura como um cinema ou um concerto, esse lazer não socializa, não cria vínculos duráveis entre as pessoas. O contrário acontece, na sua dimensão mais pura, com o fazer, o amoldamento de um objeto ou duma situação onde um sujeito pode reconhecer-se. Este fazer, se não se faz diretamente para o outro, ao menos cuida de seu distanciamento. A obra é como filho que cai no mundo, exposto às contingências da vida e da morte, ponto de fuga que os pais podem recuperar ou perder. Se esta relação é alienada pelo fazer de conta, cabe não esquecer que isto pode ser controlado por políticas integrando interesses dos profissionais e dos usuários. Assim o problema se coloca, de um lado, no plano da ética profissional, de outro, de instituições representativas capazes de vigiar as simulações da produ-

José Arthur Giannotti é presidente do Cebrap. Já publicou nesta revista "Tráfico de Esperanças" (Nº 26).

ção. Quando a porta está aberta para a entrada de todos os fantasmas, também se abriu o vão por onde se infiltra o controle exercido pelo pensamento racional. Racionalidade bifronte, combatendo tanto nas fronteiras da intimidade, na organização pensada e trabalhada do relacionamento direto e imediato com o outro, quanto nas fronteiras das instituições representativas e públicas.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 28, outubro 1990
pp.50-66
